

A razão prática da teoria

*Teresa Cabañas**

RESUMO: Considerando a teoria uma prática ativa, o texto desenha uma reflexão sobre os problemas do exercício teórico-crítico no contexto dos estudos literários no Brasil, a partir da sua localização nas atuais condições de exigência produtiva. Acredita-se que a pressão pela produtividade esteja gerando uma superprodução de textos acadêmicos, os quais se caracterizam pelo entendimento mecânico de fundamentos teóricos em voga e sua aplicação instrumentalizada à obra literária em análise. Denuncia-se assim este uso técnico da teoria, que está retirando dela seu ânimo reflexivo e neutralizando sua razão prática de ser.

PALAVRAS-CHAVE: neutralização da teoria, produtividade, superprodução.

ABSTRACT: Considering theory an active practice, this text develops a reflection about the problems concerning theoretical critical work in the context of literary studies in Brazil, based on their position in relation to contemporary productive demands. It is believed that the pressure for productivity is causing an overproduction of academic texts, which are then characterized by a mechanical understanding of theoretical foundations in vogue and their instrumentalized application to the literary work. Based on that, the technical use of theory is reported as being responsible for retreating its reflexive spirit and neutralizing its practical *raison d'être*.

KEYWORDS: neutralization of theory, productivity, overproduction.

* Doutora em Teoria Literária (Unicamp). Professora Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS. (UFSM), RS.

“Porque não é do lado teórico ou teológico, nem do lado prático ou pedagógico, que a teoria me parece principalmente interessante e autêntica, mas pelo

combate feroz e vivificante que empreende contra as idéias preconcebidas dos estudos literários, e pela resistência igualmente determinada que as idéias preconcebidas lhe opõem”.

Antoine Compagnon

1.

Talvez uma forma imediata de visualizar os impasses, evidentes ou mascarados, da prática teórica seja tentar uma aproximação a um tipo de manifestação literária que não raro aquela desconsidera sob a implícita alegação de sua incompatibilidade com os fundamentos do paradigma teórico em vigor. A partir disso, então, me parece oportuno um primeiro esclarecimento para informar que a reflexão que agora segue se origina, por um lado, na minha lida com alguns exemplos “problemáticos” da produção literária contemporânea. Isso porque em relação a eles é comum constatar, da parte da crítica literária acadêmica, um inicial silêncio depreciador, que em termos teóricos, acredito, só denota os limites do paradigma; ou um explícito julgamento negativo, no que creio ver a aceitação passiva de tais limites. Por outro lado, a leitura que se apresenta é também uma tentativa de analisar essa experiência à luz do contexto no qual a prática dos estudos literários se realiza.

Dito isso, gostaria de voltar, então, às primeiras linhas do texto para destacar a expressão “em vigor” que aporta uma qualidade de força e também uma marcação de índole temporal. Estabeleço, desse modo, o pressuposto da existência histórica da teoria, que carimba nela sua relação ineludível com a realidade do seu tempo. Assim sendo, pode até parecer uma obviedade afirmar que a teoria literária, como qualquer produção do fazer humano, corre ao sabor das mudanças do tempo histórico que, à medida que a transformam, lhe garantem seu vigor; mas acontece que nem sempre o que se mostra em evidência é tido em consideração. Pois não é incomum deparar-nos com abordagens críticas de cuja leitura se sai com a impressão de

que aquela se constitui em algo deveras imutável. Daí que, em qualquer sentido, seja impossível tratar da elaboração teórica sem aludir à prática crítica que a antecede, a não ser que se queira ser inocuamente teórico.

Das mudanças que o mundo vem enfrentando nos últimos cinquenta anos, e que já foram fartamente rotuladas de crise – uma a mais das que a humanidade sempre viveu –, advém, pelo menos para o universo da produção humanística, uma consequência que acredito positiva. Na medida em que o último colapso dos paradigmas se tornou visível, adquirimos autoridade para nos ocupar de certas expressões sensíveis subalternas, consideradas durante muito tempo de caráter menor e portanto tratadas com desdém pela crítica acadêmica dominante, embora elas sempre tenham estado aí tentando mostrar uma outra faceta da produção estética. É claro que, num primeiro momento, tal estremecimento das bases tradicionais do modo de se pensar a estética desenhou uma espécie de desamparo. Para alguns, o panorama veio a configurar uma espécie de vale-tudo que lhes permitia agir sem maior responsabilidade, entenda-se densidade ética; enquanto, para outros, configurou a imposição de um chão movediço e instável, do qual fugiram se entrincheirando na ortodoxia das bases epistemológicas do padrão culto, para tentar um exorcismo do que entendiam ter sido demonizado; ao passo que outros, os poucos, se esforçaram na construção ajuizada de novos alicerces de compreensão. A partir daqui, poderíamos dizer que tudo se dá na vinha do senhor e que, se a elaboração teórica se areja e ganha em flexibilidade, também em frouxidão e flacidez, sem descontar o acirramento de antigas intolerâncias ilustradas. Isso tudo também volta a mostrar, obviamente, a pertença da teoria à órbita dos acontecimentos sensíveis, isto é, das multifacetadas formas de se pensar e conceber a existência humana.

Se essa apertada descrição desenha mais ou menos parte da conjuntura, e acredito que o faz, vê-se como o novo imperativo da realidade, que não é mais do que o entendimento da mudança, passa a ser encurralado por dois

setores que o iludem, mesmo quando encarnados em duas posturas antagônicas, que, entretanto, coincidem no seu desprezo pela exigência que aparece: uma porque, no seu oportunismo, apenas pensa em aproveitar o momento de transição para pegar o seu quinhão; a outra porque sente ameaçado seu tradicional espaço de poder. É o que faz a empreitada da mudança teórica tão difícil e leva a teoria a mostrar seus impasses.

Isso se nota entre nós no tipo de recepção crítica dispensada a manifestações literárias que, por uma razão e outra, se enveredam pelo caminho das iconoclastias, num tempo de supostas rupturas que deveria assegurar-lhes, no mínimo, uma atitude menos assombrada da parte da crítica acadêmica (um parêntese: com este último termo me refiro tanto à materialidade do espaço institucional no qual, em geral, esta prática acontece, como a um fazer preso ao convencionalismo das regras e oposto a sua alteração). Mas dizer ruptura a esta altura pode parecer um *déjà vu*, desde que o traço é um daqueles aceitos de maneira consensual para caracterizar o espírito da tradição literária da modernidade: a famigerada tradição da ruptura, como Octavio Paz nos fez o favor de definir. Então, o caso não parece ter neste ponto nada de novidade; pelo contrário, ele estaria a apontar um traço marcante da prática crítica, apesar de certos avanços teóricos nestes tempos de agora: a sua arraigada tendência ao conservadorismo que a faz demorar na aceitação e entendimento do novo, que, neste caso, entendo como capacidade de ir contra o estabelecido.

No Brasil, contamos com um período dos mais propícios para ensejar a análise dessas questões referidas à elaboração teórica e à prática crítica. Não muito longínquo, ele se remonta aos anos setenta do século que foi, quando surge um modo peculiar de fazer poesia e se conforma quem sabe se não a última atualização literária de características grupais no país. Se para muitos um saco de gatos, a experiência da poesia marginal desses anos explicitou de maneira cruenta não apenas o “desatino da rapaziada” como o descabido caráter conservador e elitista de um

importante e representativo setor da crítica acadêmica, às vezes parapetado na proteção de uma essencialidade que a própria realidade estava negando, ou substituindo por outra coisa. Assim, logo, logo foi lhe apontando à tal eclosão de escritas uma natureza comprometida com o rebaixamento da “essência poética” e com os imperativos mercadológicos bestificadores de mentes e espíritos. Uma “barbárie poética”, segundo um bem conhecido artigo da década de 1980¹. Poucos foram, nesse momento, os que atinaram a realizar uma análise dos elementos estranhos ao paradigma de valoração estabelecido presentes nessa avalanche de poemas, publicações e *performances* do movimento. Com isso, esses poucos conseguiram vislumbrar modos estéticos que denunciavam a existência de formas sensíveis próprias a uma determinada coletividade social, procedente de um lugar cultural considerado de pouco peso e transcendência, posto à margem: o âmbito da vivência juvenil, da existência homossexual, da opacidade do mundo doméstico feminino². Se estas últimas *impressões*³ não deram lugar, no seu momento, a elaborações de caráter teórico, as que paradoxalmente se iniciariam na órbita da antropologia cultural, conseguem, todavia, mostrar um procedimento que ainda hoje me parece inspirador em relação ao tema que aqui interessa, porque prova que nenhuma formulação teórica consegue sustentação se não procede de um ânimo aberto à observação e análise da concretude material da manifestação estética abordada. Outra obviedade, que traz a tiracolo mais uma: a disposição para uma análise diferenciada significa, quando menos, a intuição de uma suspeita em relação à funcionalidade do arcabouço teórico em uso; ou seja, a tenaz imbricação dos aspectos teórico e crítico nos deixa a sensação de que tudo se atrela a uma condição prévia, a da procedência da nossa própria forma de pensar. E essa, já sabemos, obedece a múltiplos apelos, tanto àqueles da sua constituição primeira, relativos à nossa formação cultural e procedência social, como àqueles que vão aparecendo no nosso caminho, travestidos na forma de interesses imediatos.

¹ Vinicius Dantas (1986) utiliza tal definição para caracterizar as consequências nefastas que o surto poético dos anos 1970 teria deixado no panorama da criação literária brasileira. Em artigo anterior, assinado com Iumna Simon (1985), os autores se referem à poesia marginal como sendo mais uma mercadoria homogeneizada pelo consumo.

² Heloisa Buarque de Hollanda é talvez o nome mais importante nesse sentido, pela prontidão com a qual, já na década de 1970, se posiciona perante a nova poesia por meio de uma reflexão cheia de possibilidades instigantes. Haveria que lembrar também a pesquisa que no campo da antropologia cultural desenvolveu Carlos A. Messeder Pereira (1981), assim como as perspicazes colocações de Glauco Mattoso (1981).

³ Refiro-me ao livro *Impressões de viagem* (1981), de Heloisa Buarque.

Talvez por isso hoje, a despeito do nariz torcido de certa agremiação acadêmica, nos deparamos com o surto poético dos setenta entrando, mesmo aos trancos e barrancos, na historiografia literária nacional e até patrocinado por comentários simpáticos de alguns dos que foram seus mais acérrimos detratores⁴. É que o tempo muda, e com ele as visões e também os interesses particulares do sujeito que exerce a crítica; interesses que podem obedecer a variados fatores dos que não posso tratar aqui, mas que, com certeza, se vinculam ou à variegada gama do oportunismo mais ou menos dissimulado ou ao registro sem nuances da convicção sincera. De qualquer forma, o episódio pode render uma interessante ilustração dos mecanismos de aceitação e rejeição desenvolvidos no interior do aparato crítico e mais a óbvia constatação de que a apreciação teórico-crítica não é neutra senão atravessada por interesses individuais e coletivos, que são, em últimas, escolhas ideológicas.

Do ponto de vista dos interesses que defendo, parece-me que a liberalização da teoria advinda da queda dos paradigmas pode ser saudada porque, dentre outras coisas, me dá cobertura para dedicar-me à observação das práticas e modos de circulação de outros transeuntes que não os habituais viandantes da expressão culta. E também porque acredito que a teoria se enriquece quando é forçada pela realidade a se debruçar sobre manifestações diversas que exigem um esforço para o seu entendimento e explicação, momento no qual a teoria consegue se autoanalisar. Contudo, não se acredite que essa maior flexibilidade seja uma concessão dos aristocráticos princípios da visão elevada, outrora soberana no território da teoria. Sucede que situações como a mencionada deixam em evidência plena aquilo que Bourdieu definitivamente descortinou ao indagar o campo da produção de conhecimento e mostrá-lo como um espaço de ferrenhas disputas, por vezes bem mesquinhas, no qual o poder se dá em espetáculo para sua análise. Afinal, é uma prática humana, feita por seres humanos a partir das suas escolhas ideológicas.

⁴ É o caso de Iumna Simon, uma das mais duras críticas do movimento, como se depreende da leitura do referido artigo assinado com Dantas em 1985. Contudo, em 1999, a autora publica um artigo no qual a estética marginal lhe parece agora “um impulso sincero de antagonismo cultural”, ideia muito diferente à da pura “bastardização” da estética que lhe parecera na década de 1980.

Assim, parece-me que um território caracterizado pelas querelas de poder, hoje tão vinculadas à vida acadêmica – pois a teoria não funciona num limbo, ela se produz dentro das paredes do edifício institucional –, permite uma análise que coloque seu objeto na prática viva do existir humano, mais do que deixá-la para a dissecação dos seus conceitos e fundamentos, de seus acertos ou limitações, ou para a averiguação das suas prováveis filiações.

2.

“É o Tédio – O olhar esquivo à mínima emoção,
Com patíbulos sonha, ao cachimbo agarrado.
Tu já o viste, leitor, ao monstro delicado”.

Baudelaire

“Afirmo que há um elo causal entre a demanda corporativa pelo aumento da produtividade e o esvaziamento, em todas as publicações, de qualquer significação que não seja gerar números”.

Lindsay Waters

A flexibilização que os eventos conhecidos de todos nós propiciaram no momento áureo desta última transformação dos paradigmas, e que deu lugar a uma profusão de perspectivas teóricas sob o imperativo de entender as especificidades literárias que na hora ganhavam luz (as marcas de gênero, sexualidade, raça, a questão pós-colonial, as novas divisões do eu e seu posicionamento dentro do discurso literário – poético e narrativo –, etc.), trouxe nesse início a esperança de que o nosso conhecimento sobre o outro se ampliasse e, com isso, talvez, as relações culturais entre indivíduos de diversas procedências pudessem se construir em bases mais igualitárias – esta seria uma **razão prática** da teoria. Diante disso, pode-se pensar que a instabilidade sentida no cenário acadêmico daquele então obedeceu ao reconhecimento, um pouco mais generalizado, da fiação multicolorida que compunha a trama do tecido estético, o que também permitiu suspeitar que, se isso era mais

evidente nesse tempo, também era visível em outros do passado, daí o despertar de um interesse pela sua releitura. Aconteceu, pois, um verdadeiro momento teórico se lembrarmos, como pensava Kant, que a teoria é aquilo que aparece quando nossos padrões de fazer o mundo esbarram contra o próprio mundo. E as discussões acadêmicas, graças a essa instabilidade, se tingiram de grande vitalidade e agitação; quadro que, a bem da verdade, não durou muito porque ao mesmo tempo começamos a padecer uma situação reativa que na atualidade mostra sem pudor toda a sua nefasta intenção.

Uma das formas de entender a instabilidade pode ser a partir de sua acepção de movimento; da instabilidade pode advir a vida, o que pulsa e se transforma, se considerarmos que o movimento é o contrário da estagnação. Por que, então, neste processo, a instabilidade, que projetava a esperança, se compactou em homogeneização, em repetição tediosa por meio de uma prática crítica que faz da teoria um vai-e-vem tautológico que não sai do lugar? A despeito dos exageros de sempre, das sabidas “viagens na maionese” de algumas, até célebres, elucubrações teóricas, por que teorias pujantes murcharam na mão dos seus praticantes? Por que a possibilidade de remexer no heterogêneo, dada pelas novas teorizações, se resolveu no abafamento do diferente que há nele, na escamoteação da sua reverberação, na timidez, que, em vez de mostrar, esconde? Pois é o transe pelo que, na atualidade, acredito passa a vida da teoria no contexto do exercício da crítica literária brasileira.

Vejamos um exemplo dentro da temática que explo-ro.

Entre nós, dado o movimento poético dos anos 1970, seria pertinente pensar na presença de um caminho crítico e analítico já traçado para facilitar a promoção de novos percursos teóricos de entendimento para as expressões que mais recentemente surgiram no Brasil também sob o rótulo marginal; refiro-me a essas que no final da década de 1990 apareceram com força no cenário da literatura nacional para, de novo, colocar a prática crítica acadêmi-

ca na berlinda. Isso talvez porque nessa ocasião o berço social dessas novas dicções remete, de maneira bastante diversa à do fenômeno dos anos 1970, a sujeitos socialmente periféricos, muitos deles isentos de um arcabouço cultural formal, apesar do que se aventuram na confecção de relatos de cruas experiências reais de exclusão social, cujo espectro de resolução se manifesta na recriação de episódios vinculados ao submundo do crime, do tráfico de drogas, enfim, da violência urbana comum (essa que advém da pobreza) nas suas mais diversas formas. Todo o qual escapa de maneira vertiginosa aos consagrados modelos de conceber a literatura.

Se nos anos 1970 a experimentação literária focalizou basicamente as formas poéticas, “contaminando-as” de um tom coloquial por vezes radical que levou a suspeitar do seu caráter poético, o que dizer dessa mais recente tentativa, na qual a expressão acontece numa mistura de dicções e veículos textuais, que vão da prosa à poesia, da ficção ao testemunho, das histórias de vida à biografia, para nos deixar diante de um curioso *mélange* que coloca problemas para a classificação dentro dos gêneros literários reconhecidos. Também, à diferença dos marginais dos anos 1970, que engenharam canais de difusão próprios por causa da impossibilidade de aceder ao mercado editorial constituído no momento, os de agora não são amesquinados pela indústria do livro, não raro recebendo seu beneplácito, com repercussões na mídia e alguns com êxito de mercado.

Deste modo, tanto os aspectos internos à prática dessa escritura, ilustrados no tipo de feição textual que adotam, como os que a conectam à órbita irrecusável do consumo são aspectos que costumam não aceitar calmamente as chaves de leitura dadas por um aparato teórico-crítico convencional, ao qual resta autoridade. Neste ponto, os marginais dos anos 1970 e estes finisseculares se encontram, porque estes últimos repõem em muitos espíritos acadêmicos as incertezas sobre a natureza literária de sua existência, incentivando o seu rechaço, ou as dúvidas sobre as estratégias mais convenientes para a sua decifra-

ção, promovendo alternativas de abordagens. Como se aprecia, tais reações representam entre si opções opostas, respostas diferentes para o mesmo apelo da realidade em movimento, com o qual mostram a condição ideológica do nosso fazer.

De todo modo, configura-se aqui um estimulante problema de caráter teórico-crítico, a oportunidade ímpar para criar novas perspectivas de entendimento, a despeito, como creio que deveria ser, de o estudioso gostar ou não desse tipo de obra, desde que nosso trabalho não é a exposição dos nossos gostos, mas a obrigação de lançar luz sobre os acontecimentos que, nesta área, a cultura contemporânea esta produzindo⁵. Não obstante, no quadro de ricas possibilidades que se apresentam, só uns poucos dentro da instituição estão preocupados em atender seriamente o assunto⁶. Talvez isso se deva a pelo menos dois motivos: porque dentro da nossa instituição a prática hegemônica imperante continua incentivando um exercício historicista entretido em mostrar as filiações canônicas escolhidas como modelos; ou porque o objeto do presente implica lidar com essa condição de formalização de novos pressupostos teóricos, tarefa árdua, pouco usual entre nós, que requer um tempo de maturação que não estamos tendo. Daí a razão da abundância entre as publicações de textos que agenciam um arremedo de atualização que só aplica mecanicamente as últimas teorias que nos vêm de fora. Veja-se senão a acanhada curiosidade acadêmica a respeito dos objetos da contemporaneidade, a timidez dos seus pronunciamentos ou o simples desaire que lhe dirige, num momento quando, há muito, “os poetas desceram do Olimpo”⁷.

Encerra-se nisso uma condição perversa que eu referia acima, à qual é necessário “pegar pelos chifres”. Ela é intensamente referida nos corredores por alguns poucos – de novo – e acatada sem comentário pela grande maioria. E aqui começam os verdadeiros problemas para a experiência teórico-crítica entre nós.

⁵ Lembro de uma afirmação de Costa Lima: “Formalizamos para conhecer, não para ser conhecidos” (COSTA LIMA, 1975, p. 585).

⁶ E, quando se interessam, devem pagar o tributo do que ainda não foi aceito. É o caso do colega que apresentou, perante um dos organismos competentes de financiamento, projeto sobre a literatura carcerária para solicitar bolsa de pós-doutorado e lhe foi devolvido parecer dizendo que “o projeto tinha mérito, mas não era prioritário”.

⁷ É o que diz o antipoeta Nicanor Parra no seu poema “Manifesto”.

Todos sabem da *tecnocratie* que se abateu sobre a produção universitária a partir do ânimo desenvolvimentista – e não me refiro a JK – de um recente governo que esperneou para que nos equiparássemos aos índices exigidos por conhecidas agências internacionais de avaliação⁸. As exigências de produtividade, agora convertida em *produtivite*, foram-se tornando, como se sabe, cada vez mais numéricas, com o propósito de engordar índices, que já se converteram, para criaturas como eu, em verdadeiras assombrações. Se isso não é segredo, tampouco é coisa que se ventile com a assiduidade que me parece merecer, porque, fora o fato de aterrorizar alguns, é a causa dos males estruturais que se estão criando à genética da nossa capacidade de pensar (e lembre-se que a reflexão teórica é um dos seus frutos diletos). É, pois, no âmbito introduzido acima que poderemos encontrar os motivos para a inércia crítica que atualmente está apagando o impacto que a boa teoria poderia ter sobre a realidade. Porque discutir sobre a existência da teoria, sua prática dinâmica, suas possibilidades e impasses, não significa embrenhar-se numa discussão teórica, mas política e, fundamentalmente, ética.

Se a mencionada situação se caracteriza por mostrar uma clara disjunção entre quantidade e qualidade relativamente ao que se produz, não é de se estranhar que, num momento de enxurrada de produções acadêmicas como o que vivemos, uma importante revista do meio enuncie uma preocupação como a formalizada na sua chamada a discutir os atuais problemas da teoria literária. Observemos os últimos dez anos. Nunca se publicou como até agora, nunca fomos *obrigados* a produzir como agora. O aspecto dramático disso é que nunca como hoje houve tamanha profusão de veículos para a publicação de tanto texto anêmico, tantas páginas descoradas e sem alento como agora. Uma produção que afastou de si até o disparate – esse ao menos poderia nos escandalizar e levar à reação – para ficar na modorra do bom comportamento padronizado, cujo princípio máximo é não implicar com nada nem ninguém. Essa letargia em dose cavalgar me parece ser o dado inédito

⁸ Na verdade, o processo seria anterior, segundo José Arthur Giannotti (1986). Seu corajoso e pioneiro exame da universidade brasileira indica a gênese dos seus problemas, motivo pelo qual, ainda que no seu texto não se refira à contundência dessa superinflação produtiva, a análise que realiza permite pensar na coerência do desfecho a que hoje chegamos.

na produção crítica deste período, pois, na magnitude em que aparece, é capaz de converter a especulação teórica mais revoltada e rebelde num instrumento de neutralização de qualquer insurreição. Eis como o que se veicula no papel de tantas e tantas publicações sai dele para agir na realidade, pois temos aqui a demonstração plena de que a prática teórico-crítica cumpre uma função na órbita do real, mesmo se negativa como no momento atual, quando a “ritualização” da teoria, a partir desse aludido exercício monocórdio, está transformando uma prática dinâmica e em essência contestadora num fazer anódino e eminentemente burocrático. E em cifras para o preenchimento de formulários, essa nova insânia que ataca a muitos dos nossos departamentos, ou em meio de obtenção de verbas para continuar reproduzindo a sonolência que deixa o poder instituído no livre-arbítrio para tomar conta de tudo⁹.

Descrevo assim o que me parece uma primeira característica do que estamos fazendo com a teoria no âmbito local. Além de quase nunca produzi-la entre nós, pois parece que a geração do saber teórico está reservada à elite pensante do primeiro mundo, quando ela nos chega, depois, é claro, de sua obrigada canonização na metrópole, a vemos ser mecanicamente instrumentalizada em centenas de trabalhos a modo de uma paráfrase inicial, que pretende ser o “marco” justificador do que virá depois. Não é raro que esse marco seja logo esquecido, pois os conteúdos referidos não serão debatidos nem testados, apenas superficialmente encasquetados, quando não à força, no objeto desculpa do estudo em questão. Ao fim da leitura desse tipo de trabalho não se sabe muito bem qual foi o cerne da questão, porque na realidade esse cerne não existe. Por outro lado, contamos com outra modalidade cada vez mais comum, aquele texto que se mostra tão esperto e conhecedor da teoria dos outros, que a gente fica se perguntando onde está a voz daquele que escreve e cita em abundância. Há uma necessidade quase doentia de mostrar aos pares quanto se está atualizado e informado da última vírgula que, em matéria de elaboração teórica, se colocou na metrópole¹⁰.

⁹ “No discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder” (LYOTARD, 1988, p. 83).

¹⁰ Eu mesma já tive trabalho rejeitado por um parecer que alegava falta de citação teórica e criticava o tom ensaístico do texto. Nessa ocasião, a possibilidade de embate de pareceres permitiu que o artigo fosse publicado, o que ainda nos anima a acreditar nas boas publicações.

E se ainda se pode mimetizar o estilo abstruso de alguns famosos, pois melhor, isso será prova de densidade conceitual, de modo que a precariedade comunicativa do texto ainda recai nas costas do pobre leitor – quero dizer, leitor especializado –, que não entendeu bulhufas, mas que, dadas as condições de marasmo, faz de conta que sim e o tédio continua à frente.

Não há prática teórica aqui, apenas uma simulação que neutraliza seu possível vigor na generalização que distingue especificidades (Borges e Guimarães já são pós-modernos). Assim, não há prática crítica tampouco, pois se amesquinha a compreensão do sentido e significado profundo do objeto que se pretendeu estudar. Há glosa ou comentário, há reprodução metalinguística dos conteúdos da obra e até “ilustração” do que está fora dela, mas não produção de um conhecimento sobre a obra, que é como dizer um conhecimento sobre a literatura e, mais além, um conhecimento sobre a constituição da condição humana, eis a **razão prática** da teoria. Volta-se a confundir crítica com apreciação e tal discurso mostra agora a marca do novo tom acadêmico *light*, competente na repetição, não enfrenta nem afronta, acata. Garante com isso, todavia, seu acesso a uma via de expressão numa das muitas publicações especializadas, já que é por esse meio que sabemos da sua existência e eu posso aqui a eles me referir.

Juntando esses primeiros sinais, penso que há a indicação de uma condição de origem e que tais sinais suscitam uma pergunta óbvia: por que isso está acontecendo? A condição de origem poderia ser achacada de imediato ao comodismo, ou a uma espécie de lei universal do mercado, segundo a qual, a mais oferta de publicações menos (a) preço de conteúdo. Mas isso soa um pouco estranho se considerarmos que as referidas publicações estão vinculadas aos departamentos e programas de pós-graduação. É a instituição, então, que permite esse afrouxamento na qualidade? Mas como, se cada vez mais somos cominados a publicar e o volume dos nossos textos publicados é um dos índices para avaliar a nossa competência?

3.

“Quando os livros deixam de ser meios complexos e se tornam, em vez disso, objetos sobre os quais quantificamos, então se segue que todos os outros assuntos que as humanidades estudam perdem seu valor”.

Lindsay Waters

“Quando uma comunidade não tem prática da discussão, o uso da linguagem crítica sempre lhe parece ameaçador”.

Luís Costa Lima

Destaco aqui a epígrafe inicial a modo de um tolo consolo e para insistir na gravidade da problemática, pois ela, creio, não significa apenas uma discussão formal sobre a maneira de conceber e/ou realizar a teoria. A sentença de Waters, editor da Harvard University Press, é motivada pela sua experiência no cargo, que lhe permitiu não só editar livros como refletir sobre a superprodução que também caracteriza a vida do acadêmico norte-americano com o mesmo resultado de deterioração, esmaecimento e irrelevância dos conteúdos que produz. Daí o tonto consolo, pois não só entre nós, terceiro-mundistas, esmorece a boa prática do pensar; e daí o alerta, pois a problemática tem proporções gigantescas.

De modo que agora posso redimensionar em coisa pior o comodismo que lá em cima enunciava como uma possível causa do mal da nossa produção intelectual. Não é comodismo, ainda que pareça, mas o resultado de políticas de controle formuladas pelos organismos de financiamento às pesquisas. Ao menos vai nisso o reconhecimento de que a produção de ideias continua sendo considerada perigosa pelo poder estabelecido. Há uma tremenda coincidência entre o descrito por Waters e o que nós experimentamos por aqui. E, em ambos os casos, o que se pode detectar é o mesmo artifício diluente: o aluvião de produções escritas que, para o editor, só contribuem ao desmatamento plane-

tário. “O problema – dirá – dos artigos ridículos publicados pelos estudiosos das humanidades foi em parte resultado do grande aumento no número de publicações que se espera que eles próprios (e todos os acadêmicos) perpetrem no papel ou despejem uns sobre os outros, na forma de comunicações em congressos” (WATERS, 2006, p. 24). Também é interessante que, tanto lá como aqui, a superprodução seja auspiciada pelas exigências de organismos que se colocam por cima da universidade, à qual só parece restar um pacífico acatamento sob pena de perder subsídios e verbas para o seu desenvolvimento. A armadilha aparece sob a única forma que o neoliberalismo capitalista concebe, o oferecimento de recursos materiais cuja distribuição corre por conta da observância de rendimentos numéricos. A distorção é grande, já que a obrigação do Estado em prover recursos para a formação institucional, e aqui se inclui o desenvolvimento da capacidade de pensar, deriva em dádiva, donativo, para cuja obtenção, no entanto, se pede em troca o silêncio das ideias, ou quase.

Ou seja, trata-se de arrecadação numérica, e nenhum de nós poderá se dizer ignorante dessa situação. À medida que se exige um aumento numérico, a possibilidade de se publicar qualquer coisa dispara, e também a de negacear muita outra, essa que destoa do espírito de padronização que já opera. No que vai muito de censura. Com a padronização se silencia a polêmica ou o simples desacordo, que deixa de ser uma prática habitual entre nós, saudosa recordação de um tempo que se foi. De modo que já quase não sabemos discutir, a complacência simpática e cordial do “não julgue para não ser julgado” leva qualquer escorregada a ser entendida como ataque pessoal, e aí, sim, aparece a resposta maldosa fruto da empáfia do “sabe com quem está falando” ou do “quem você acha que é?” Nos meus escassos treze anos de docência universitária, devo reconhecer que meu registro de participação em bancas de avaliação de trabalhos acadêmicos é raquítico, porque fui muito pouco convidada. E devo dizer que, logo após uma ou duas experiências nas que causei, sem pensar,

constrangimento, vi-me na esdrúxula situação de ter de pedir desculpas pelas alegações críticas que eu levantava e tentava justificar a propósito de alguma discordância com aspecto proposto pelo examinado, ou mesmo por um dos colegas participantes. Sem me esquecer do tolhimento de ter de ser cronometrada na minha intervenção, pois nessas reuniões não há mais tempo para o espraio do pensamento, tão só para a rápida formalização de um evento burocrático, com o qual se tem mais um dado curricular. Depois disso, passei a agradecer a falta de convites.

O ato de avaliação deve passar por cima de suscetibilidades anímicas e emocionais, pois ele significa um compromisso inviolável com a minha capacidade de formular e defender conteúdos conceituais, que são os que darão densidade ao meu julgamento¹¹. Isso quer dizer: esse julgamento, por sua vez, sempre será passível de questionamento ou superação, pois a possibilidade de discuti-lo é o fator que põe à prova o conceito, permitindo que a elaboração teórica ou crítica progrida. Estamos perdendo a capacidade de julgamento, e, se ela empalidece, damos as costas ao trabalho de definir o que e como as coisas são, ou por que elas são o que são. Entende-se a razão de a capacidade de teorizar esmorecer junto e até mesmo o bom discernimento para dela se apropriar. A teoria, como se vê, é uma prática complexa porque articulada a outros passos dos quais depende (o analítico e o crítico) e sobre os quais, ao mesmo tempo, incide. De modo que ela não é uma técnica a se aplicar, mas o resultado de um radical esforço reflexivo sobre uma das produções que integram o real.

Nesse quadro de atonia programada, volta a ser oportuno perguntar como a teoria pode de veras se desenvolver num tal ambiente de aversão à crítica, se é a crítica, com seus fundamentos conceituais, a prática que a antecede. Se defesas de trabalhos universitários, congressos e reuniões do tipo não são mais os espaços públicos para ventilar essas questões, mas cifras para acrescentar à nossa folha curricular, aonde vamos¹²?

¹¹ Num texto de 2006, eu tratava da insistência de certas abordagens sobre textos produzidos por sujeitos subalternos em desenvolver um tipo de avaliação reduzida ao ditame do bom ou do ruim, no fundo baseado em razões de simpatia ou antipatia. Nesse momento, eu propunha o deslocamento dessa maneira de *avaliar* para um *compreender* que entendia como investimento na criação de recursos teóricos que nos permitissem conhecer e entender os mecanismos imagéticos e sensíveis por meio dos quais sujeitos de culturas diversas constroem sua identidade estética. Na verdade, é uma definição oblíqua do que eu entendo como ato de julgamento (CABAÑAS, 2006).

¹² Em 2009, presenciei dois episódios num evento na Universidade de Rosário, na Argentina, os quais, para tranquilidade dos *hermanos*, não são da sua exclusividade. Num deles, a discussão que, para minha surpresa, se gerou numa das mesas foi abruptamente encerrada por um dos membros da organização, alegando que precisava fechar a sala para ir ao almoço. No outro, com a anuência de quase todos, nem mesmo se permitiu a discussão que um dos integrantes da mesa colocava, pois não havia tempo, além dos vinte minutos reservados a cada um. Posteriormente, a organização disse que aqueles interessados em debater poderiam ir ao café da esquina. Ideias sempre se discutiram nos bares ou cafés e, pelo andar da carruagem, talvez sejam mesmo os melhores lugares para produzir ideias hoje.

4.

“O estudioso típico se parece cada vez mais com a figura retratada por Charles Chaplin em seu *Tempos modernos*, trabalhando louca e insensatamente para produzir”.

Lindsay Waters

Publicações e atos comuns da nossa rotina acadêmica nos mostram que tudo está correndo por conta de um desenfreado temporal que já sacrificou (pois quantos já não sucumbiram a sua influência?) uma característica inapagável da nossa atividade: a maturação intelectual que requer um tempo compassado. Daí que se possa dizer quanto o nosso fazer está deturpado e distorcido. O mecanismo de uma linha de montagem, já se sabe, não é mecânico, mas puramente temporal, com ele se conseguiu apressar a produção. Como esta estava originalmente destinada ao mercado, deveu-se manter ainda um controle de qualidade, que existe até hoje, pois potenciais compradores poderiam rejeitar seus objetos caso viessem a apresentar alguma falha. Ou seja, supunha-se algum uso prático para esse objeto.

Diferentemente deles, as nossas produções, também padronizadas, rolam faceiras pela linha de produção sem grandes controles de qualidade, esta é mais uma triste coincidência com o relatado por Waters para a vida acadêmica norte-americana. Se a padronização é algo imposto de cima para o pensamento, é claro que sua promoção augura em troca inexistentes engrenagens para testar sua qualidade, pois exigir de um intelectual uma produção apressada e ainda por cima avaliar deveras seu conteúdo sem dúvida teria ocasionado grande rebuliço entre a categoria, que teria, aí sim, se levantado em protestos. A conclusão é que já não podemos confundir intelectual com acadêmico; o intelectual, um libertário disposto até a infernizar sua vida pela defesa das suas ideias, vai deixando espaço ao acadêmico, perito em acatar disposições formulares e burocráticas em troca de uma calma progressão na profissão. Aqui, sim, aparece um comodismo da pior espécie, porque não aquele

que nasce da vontade de um sujeito qualquer senão que vem como atrativa imposição de cima. Creio que não seja nada difícil perceber como, nessa reacomodação toda, o que se perde é a perspectiva da utilidade do que fazemos. Se essa serventia sempre esteve na corda bamba, dado seu eterno confronto com o estabelecido, era daí que provinha sua **razão prática de ser**. E essa **razão prática de ser** é a que está sendo apagada pelos índices de produtividade que nossos programas acadêmicos impõem a seus membros.

Embora sempre atentos ao sentido das palavras, afinal, isso é parcela importante do que fazemos, poucos acadêmicos da área parecem notar a curiosa mudança de sentido que se opera quando cada vez menos falamos de produção e mais de produtividade. A eleição do termo não é em absoluto insignificante, pois, como toda palavra, ele revela intenções, mesmo quando a rotina do uso as escamoteie. Enquanto o termo *produção* nos lembra a ação do fazer e aponta para aquilo que é produzido, a palavra *produtividade* assinala a faculdade de produzir, ou seja, capacidade, que é também uma dimensão de volume, de medida numérica, como qualquer um pode deduzir consultando a expedita *Wikipedia*. A capacidade de produzir é o que a palavra *produtividade* destaca, convertida numa relação entre a quantidade produzida e a quantidade de insumos aplicados à produção, donde surge um determinado índice (numérico) de eficiência produtiva. A palavra indica, então, a necessidade de o sistema continuar se reproduzindo sob uma equação econômica de, por um lado, redução de custos e, por outro, redução de tempo no fazer para fazer mais. É importante notar como nesse processo o objeto produzido, importante para o regime da produção, desliza para as margens, onde não precisa ser focalizado, e seu outrora lugar de privilégio passa a ser ocupado, no regime da produtividade, pela capacidade quantificável de produzir. Ou seja, a ênfase recai na comensurabilidade do quanto se produz e não na qualidade do que se produz. A produtividade implica considerar, principalmente, o tempo da produção, ou seja, quanto menos tempo em

produzir objetos, mais produtividade. Aparece nisso a ideia de eficiência como critério a orientar os fazeres com um sentido puramente pragmático. Estamos muito perto da nova forma de legitimação do poder que está em andamento, segundo a descreve Lyotard (1988, p. 83), quando chama a atenção para um tipo de discurso (jogo técnico) cada vez mais assíduo nas universidades e instituições de ensino superior, cuja argumentação judicativa se expõe na relação eficiente/ineficiente¹³.

Quando essa fórmula se aplica às áreas científicas ou tecnológicas, existe a lógica suposição de que aquilo que surge de suas pesquisas é ainda qualitativamente avaliado em função do requisito de utilidade que se espera de suas proposições e/ou invenções para a vida prática da sociedade, por isso conta-se com a eficácia delas. Mas, sobreposto ao trabalho intelectual, que é o que se espera dos estudiosos das humanidades, o resultado da fórmula só pode ser desastroso, a não ser que se aceite com espírito pragmático o tipo de modificação que isso traz para a área.

¹³ “No contexto da deslegitimação, as universidades e as instituições de ensino superior são de agora em diante solicitadas a formar competências e não mais ideais [...] Ela fornece os jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel junto aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições” (LYOTARD, 1988, p. 89).

5.

“A partir do momento em que o saber não tem mais seu fim em si mesmo como realização da idéia ou como emancipação dos homens, sua transmissão escapa à responsabilidade exclusiva dos mestres e dos estudantes”.

François Lyotard

“No puede ocultarse, sin embargo, que las necesidades de una “crítica total” implicam un extenso y esforzado proceso y que su realización plena es impensable em términos individuales. Se trata de una empresa múltiple. De verdad colectiva, sistemática, sin duda gradual y lenta.

La universidad debería ser el lugar donde este proyecto resulte posible.”

Antonio Cornejo Polar

A produtividade, tal como descrita acima, está retirando da nossa prática o exercício usual do entendimento das coisas e colocando no seu lugar discursos eficientes para a manutenção do tédio (entenda-se a metáfora). Sustentar a ideia de que a universidade (nossos colegas, nossos estudantes) se importa com o que seus membros produzem, pelo menos na área das humanas, é ingenuidade ou hipocrisia¹⁴. É raro um colega ter disposição para ler e espontaneamente comentar o trabalho do outro. Se não há interesse pelo debate de ideias, por que fazê-lo? Se o não julgamento é a condição da calma, para que fazê-lo? E se, como se vem dizendo, só glosa e paráfrase preenchem suas páginas, para que fazê-lo? Então, melhor é seguir atualizando-nos na repetição do que vem de fora, que isso pelo menos nos dará “ibope”.

Como discutir com entusiasmo verdadeiro sobre teoria literária num tal ambiente? Ou seja, como propor sua discussão acreditando na **sua razão prática de ser** num ambiente que é o contrário daquilo que ela defende ao se propor o entendimento dos mecanismos que dão vida à literatura nos diferentes tempos históricos? Se a teoria desvenda o modo de a literatura denunciar esses mecanismos na vida social prática, de modo a que possamos entendê-los e enfrentá-los, como discutir teoria quando o conhecimento se burocratiza em neutra padronização interessada em mostrar uma funcionalidade vazia e formal, acadêmica?

O respeito à elaboração teórica é o respeito à própria liberdade de pensar. De modo que eu suponho que mesmo um sujeito que não faz teoria dentro da profissão deve estar ciente da função insubstituível que ela desempenha e transmitir para aqueles que forma essa noção. Quero dizer que a consideração da existência da teoria e sua prática é impossível sem atender para o entorno concreto que a cerca e que hoje se formaliza em aspectos diluentes como os que aqui estou expondo.

A problemática se alastra porque a pressão para aumentar os índices de produtividade não incide apenas

¹⁴ No seu texto, Giannotti (1986) faz uma análise impiedosa do mero ritual em que se teria convertido a maioria das aulas e das pesquisas na universidade.

como exigência para acelerar a frequência de publicação e/ou assistência a congressos e eventos do tipo. Pressionam também sobre o corpo da formação intelectual (ou eu deveria dizer agora apenas acadêmica?) que estamos dando ao grupo que deverá ser a geração de relevo. Sabemos que somos agraciados com boas bolsas de produtividade quando atingimos um número de orientados pré-fixado pelas agências competentes. Isso leva a uma carreira desenfreada por aumentar seu número. Hoje, basta acessar nossos públicos currículos para constatar como professores universitários conseguem, além de dar aulas, estudar, escrever, ser consultores e pareceristas de revistas e organismos, chefes de departamento, coordenadores de pós-graduação, orientar oito, dez até dezessete trabalhos entre dissertações, teses, monografias de fim de curso e trabalhos de iniciação científica. Embora todos saibam que, na maioria dos casos, a efetiva orientação não se dá, ao passo que os alunos se viram como podem, e sempre de maneira submissa, para cumprir os prazos da defesa que fará com que o seu orientador acrescente na sua folha mais um dado de produtividade, e tudo bem. Como acreditar que a teoria possa andar bem se não a ensinamos porque, salvo excepcionais espíritos tocados com o dom da ubiquidade, ninguém tem fôlego nem tempo suficiente para se dedicar a orientações que quando bem levadas nos solicitam um tempo considerável?

Na ciranda das orientações se chega ao desvario de uma apropriação indevida do trabalho do aluno orientado da parte de seu orientador, que, sem assomos de pudor, aparece como coautor pelo simples fato de cumprir a tarefa institucional da orientação¹⁵. Há o registro de revistas exigindo que o autor, quando é estudante, coloque o nome do orientador no texto para aceder à possibilidade de vê-lo publicado. Fato que fala por si e mostra que o que menos importa é a qualidade do texto (afinal, quem vai ler?), mas a procedência da autoria, ou melhor, de uma hierarquia que assim poderá somar a sua produção mais um crédito. E não esqueçamos do último expediente que veio aumentar nos-

¹⁵ Via e-mail circulou há poucos meses a informação de denúncia feita por uma estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências - Bioquímica da UFPR, contra o seu orientador por usurpação de autoria de trabalho científico. Segundo se informa em matéria publicada pela *Gazeta do Povo*, no dia 15 de novembro de 2009, a justiça teria concedido ganho de causa à estudante. O que cogitar perante o fato? Que se trata de um evento isolado? Ou que prevalece a omissão entre a maioria dos estudantes? A respeito, é proveitosa a leitura do texto do GT-Autoria da ANPUHA (2009).

os índices de produtividade, fazendo-nos autores de livros pelo simples fato de publicar um artigo entre muitos outros num formato que, se antes era o de uma revista, agora foi transformado em livro, embora quase nunca a reunião desses textos prove efetivamente a coerência temática que o título do volume anuncia e promete. É que interessa, se ninguém vai ler? Em circunstâncias outras, poderia lembrar aqui de De Certeau e ensaiar uma explicação via “tática do fraco” contra o poder instituído, mas acontece que a coisa tem lá fortes traços de ser uma atitude que corre entre o oportunismo e a indiferença: artimanhas que inventamos para responder respeitosamente às pressões do poder.

O que ocorre é que estamos permitindo a ação de mecanismos insanos que despojam a atividade teórica de sua **razão prática de ser** e prova disso é a constatação do já mencionado monocromo da produção crítica que circula no meio universitário, seja na forma de artigos veiculados pelas variadas revistas especializadas ou à maneira de teses, dissertações ou monografias. Não digo que não existam bons trabalhos e publicações honestas ainda lutando pelo exercício do critério, mas digo que são poucos ou que, pelo menos, seu esforço se perde na floresta de tantas páginas inócuas¹⁶. Não advogo pela publicação apenas de trabalhos geniais (aí nem eu conseguiria publicar os meus), digo que o que não se poderia admitir com a calma que está sendo aceito é o fato de uma inflação de publicações sem sentido, desde que sem recepção pertinente¹⁷, que está dando cobertura a um profundo desequilíbrio de valores. Para o caso das humanidades, tal desequilíbrio significa uma forma certa de cercear a possibilidade de refletir sobre os problemas que afligem o ser social, seja por meio de análises, críticas ou teorias que descubram sem condescendência os engodos do sistema e de suas supostas verdades inquestionáveis. Essa seria uma **razão prática** da existência da teoria.

Não acho que o enfraquecimento do nosso meio intelectual se deva apenas ao fortalecimento da indústria do livro de entretenimento, ou que a responsabilidade cabe tão só aos administradores, como pensa Waters. A questão

¹⁶ Eu mesma tenho publicados dois livros que nunca vi citados em lugar algum. O problema é que, com essa situação, o crítico fica sem retorno certo para saber sobre a qualidade do seu texto. Mais uma vez quem ganha é a falta de discussão.

¹⁷ Conforme diz o editor de Harvard: “O problema é a insistência na produtividade, sem a menor preocupação com a recepção do trabalho. Perdeu-se o equilíbrio entre esses dois elementos – a produção e a recepção” (WATERS, 2006, p. 25). François Lyotard, no texto que escrevera para o Conselho das Universidades de Quebec e que resultou no livro *O pós-moderno*, afirma algo parecido: “Observar-se-á que esta orientação concerne mais à produção do saber (pesquisa) que à sua transmissão. [...] a solução, para a qual se orientam de fato as instituições do saber em todo o mundo, consiste em dissociar esses dois aspectos da didática” (LYOTARD, 1988, p. 95).

é que nossos administradores somos nós, isto é, indivíduos do meio, da vida institucional. De modo que a situação é obviamente complicada, articulada por fatores que projetam, queiramos ou não, atrativos que seduzem pela calma ofertada no consenso do fazer de conta que se faz, e pela garantia de só sair desse estado caso se queira entrar nas águas turbulentas da disputa pelo poder administrativo. A exposição dos antagonismos, uma das tarefas da teoria literária, só vige à luz da dissidência fruto do livre trânsito pelo direito às ideias que permitem formular um julgamento possível, e testá-lo na forma da sua autocrítica e/ou da sua implementação prática, que não é, como pensam alguns, sua conversão em técnica aplicável, mas seu compromisso com fundamentos éticos inegociáveis.

A explicitação das questões que aqui abordei pode ser lida como uma tentativa pessoal de me dar o direito de continuar exercendo o livre-arbítrio para pensar dentro da academia, pois ainda acredito que a universidade é lugar para incentivar a dissidência do pensamento. É claro que o que digo procura interlocutores honestos para o seu julgamento, de modo a corrigi-lo, ampliá-lo e/ou superá-lo.

Se nos centros metropolitanos deste mundo globalizado a teoria literária não está desaparecendo, mas perdendo progressivamente sua **razão prática de ser**, isso não deveria ser motivo para não tentar desenhar por estas bandas periféricas os motivos locais que estão conduzindo a essa rarefação. Antes do que aportar soluções, a teoria literária é o caminho interminável do contra, que instiga o pensamento e leva sempre à sedição, de maneira que ela nunca poderia instaurar o apagamento dos antagonismos. Se isso está sendo assim, só resta para a teoria cair nas redes da impostura? Deveremos nos conformar, então, com a abolição do novo? Ou podemos ainda acreditar que nela sempre mora um demônio insurreto prestes a sua convocação? É na crença disso último que se motivam estas páginas.

Refêrencias

CABAÑAS, Teresa. Da representação à representatividade: Quem legitima? Provocação ao debate. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, Lima-Hannover, n. 63-64, p. 169-186, 2006.

COSTA LIMA, Luís. Quem tem medo da teoria? *Vozes*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 581-585, 1975. Disponível em: <<http://www.cesarguiste.ddfnet.com.br/ufpe/crt2/hps/lcl/quem.pdf>>.

DANTAS, Vinicius. A nova poesia brasileira e a poesia. *Novos Estudos* (Cebrap), São Paulo, n. 16, p. 40-53, 1986.

GIANNOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GT-AUTORIA DA ANPUH. *A questão da co-autoria: entre práticas e éticas*, Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação de História. Disponível em: <http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=69>. Acesso em: 04/01/2010.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1988.

MATTOSSO, Glauco. *O que é poesia marginal?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MESSEDER PEREIRA, Antônio Carlos. *Retrato de época*. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.

SIMON, Iumna; DANTAS, Vinicius. Poesia ruim, sociedade pior. *Novos Estudos* (Cebrap), São Paulo, n. 12, p. 48-60, 1985.

_____. Considerações sobre a poesia brasileira de fim de século. *Novos Estudos* (Cebrap), n. 55, p. 27-36, 1999.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Unesp, 2006.